

**A UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS COMO PALCO DE
MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS*
THE USE OF PUBLIC SPACES AS THE STAGE OF POLITICAL
DEMONSTRATIONS****THAÍZE FERREIRA DA LUZ****

RESUMO: Este artigo busca destacar a utilização dos espaços públicos das cidades, em especial as praças, enquanto lugar de manifestação política. Sabemos que nosso país possui uma história recente de redemocratização, o que levou muitas pessoas às ruas com o objetivo de garantir o retorno da democracia no Brasil, movimento este conhecido como “Diretas Já”. Neste processo, as praças públicas muitas vezes foram alvos da manifestação popular, já que estes espaços são palco das mais diversas manifestações sociais.

PALVRAS-CHAVE: Espaços públicos; praças; manifestação política; redemocratização.

ABSTRACT: This article intended to highlight the use of public spaces in cities, in particular the squares, as a place of political demonstrations. We know that our country has a recent history of redemocratization, which led many people to the streets with the aim of guaranteeing the return of democracy in Brazil, this movement known as “Diretas Já”. In this process, public squares were often targets of popular demonstration, since these spaces are the scene of the most diverse social manifestations

KEY-WORDS: Public spaces; squares; political demonstrations, redemocratization.

* Artigo desenvolvido para a conclusão da disciplina Civilização e Cultura do Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG., ministrada pelo professor Doutor Dario de Araujo Lima.

**Mestra em Geografia, do Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

**O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL**

Em 1989, o Brasil teve sua primeira eleição presidencial pelo voto direto após um longo período ditatorial. A eleição de Fernando Collor de Mello foi fruto da redemocratização iniciada ainda na década de 70, representando uma “modernidade” no processo eleitoral brasileiro, com a criação de um modelo formado a partir dos meios de comunicação. O jovem presidente, utilizando-se de forte *marketing* político, principalmente através da mídia eletrônica, “venderia” uma imagem de renovação mesmo que, baseado nos tradicionais quadros políticos oligárquicos. No entanto, seus deslizes econômico-administrativos propiciaram sua derrocada diante daqueles mesmos meios de comunicação.

O período compreendido pela passagem ditatorial para a Nova República no Brasil, ficou conhecido como “transição democrática”. Aos poucos, o autoritarismo seria substituído pela democracia. Mas é importante ressaltar que o próprio período do regime militar de 1964 se intitulava uma “revolução de natureza democrática”¹. Deste modo, se torna mais prudente afirmarmos que a passagem de um sistema de poder para o outro fica mais bem designada pela idéia de uma “transição política”.

Ainda na década de 1970 esta redemocratização iniciou seus primeiros passos para restabelecer as eleições diretas para presidente. A “reabertura política” já havia sido anunciada em 1974 pelo presidente Ernesto Geisel. A anistia política e a suspensão da maior parte dos poderes excepcionais que o Executivo se havia outorgado através dos atos adicionais, decretados sem ao menos a aprovação do Legislativo, ocorreu em 1979. No final dos anos 80, o general Figueiredo fez um pronunciamento, dirigido às Forças Armadas, destacando a abertura e a volta delas a tarefa exclusiva do papel que lhes incumbe.

Foi iniciado um movimento no país onde o regime autoritário seria amplamente combatido, abarcando os mais diferentes setores da sociedade, desde o grande capital monopolista e financeiro até o sindicalismo classista do ABC paulista. Este movimento teve êxito através da Aliança Democrática, a Nova República e a vitória no Colégio Eleitoral da chapa de Tancredo Neves e José Sarney em 1984.

¹ SADER, Emir Simão. *A Transição no Brasil*. São Paulo: Atual, 1991.p.8.



REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO

Com a morte de Tancredo Neves em 21 de abril de 1985, seu vice, José Sarney, tomou posse definitiva do cargo de presidente, cujo qual já estava ocupando desde o dia da posse em virtude dos problemas de saúde apresentados por Tancredo Neves. Seu governo procurou dar seqüência ao projeto de redemocratização do país. Mas do ponto de vista econômico, seu governo foi bastante conturbado, fazendo com que vários planos econômicos, como Cruzado, Cruzado II, Bresser e Verão, fossem lançados com a finalidade de controlar a crise e combater a inflação.

Nos anos de 1987 e 1988 ocorreu uma relativa desmobilização política. O insucesso da campanha das diretas e a decepção com o Plano Cruzado aliados a inflação e o desgaste dos salários, fez com que a população mostrasse o novo cenário político do Brasil nas eleições para prefeito e vereadores de 1988, onde foi constatado que os partidos com maior votação, foram aqueles que de alguma maneira inspiraram protesto e oposição ao governo de José Sarney e àqueles que se identificavam com ele.

Dessa forma, foi possível prever que o sucessor presidencial na eleição de 1989 seria o candidato que aparecesse disposto a lançar um plano de governo completamente oposto ao até então realizado. O nome de Fernando Collor de Mello, candidato pelo *Partido da Renovação Nacional* – PRN, ex-prefeito de Maceió e ex-governador de Alagoas, surgiu como forte candidato a essa sucessão em razão de sua grande repercussão nos meios de comunicação devido à sua campanha contra os funcionários com altos salários na administração pública, chamados de “marajás”.

Collor foi orientado pelo amigo Marcos Antônio Coimbra, diretor do Instituto de Pesquisas Vox Popule, a aparecer o máximo possível na imprensa nacional. Uma vez que, se enquadrava no perfil de candidato à presidência que teria mais chances de ganhar a eleição². Deste momento em diante foi elaborado um programa de campanha baseado em forte marketing político. Tudo foi arquitetado nos mínimos detalhes, a começar pela própria escolha cuidadosa do nome do partido que Collor concorreria as eleições. O “Partido da Renovação Nacional” (PRN) em substituição ao “Partido da Juventude”, deveria transmitir ao mesmo tempo, a idéia de mudança, de renovação e da restauração de uma ordem de coisas, personalizada na figura de Collor³.

² CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

³ LATTMAN- WELTNAM, Fernando. Et All. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.



OS ESPAÇOS PÚBLICOS COMO PALCO DE MANIFESTAÇÕES SOCIAIS

O urbano constitui resultado direto da ação humana e da interação social, ou seja, “as relações com o lugar são determinadas no cotidiano, para além do convencional”, de forma que “o espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro, a cidade ganha teatralidade e não existe dissociação da gente que lhe dá conteúdo e determina sua natureza⁴”. Dessa forma, “o reconhecimento da cidade enquanto ator social, além de suscitar uma boa discussão teórica, traz também a vantagem de se dirigir um olhar arguto sobre fatos tratados normalmente com indiferença, que estão contribuindo para o rebaixamento da urbanidade das cidades⁵” e o papel social das praças públicas constituem um excelente microcosmo representativo de tal possibilidade de estudo.

Além da interação social, o urbano será observado pelo seu viés cultural, uma vez que “a principal função da cidade é converter o poder em forma, a energia em cultura, a matéria inanimada em símbolos vivos de arte, a reprodução biológica em criatividade social⁶”. Assim, “a cidade, enquanto marca e matriz cultural, enquanto texto que permite múltiplas interpretações, está recoberta por inúmeros mapas de significados”, de maneira que, “mitos, utopias, crenças e valores, particularmente, mas não de modo exclusivo, da cultura dominante, levam ao estabelecimento de grafias – a própria cidade é uma grafia – na cidade e de movimentos, sistemáticos ou não, construindo uma geografia urbana que, simultaneamente, é cultural, econômica, social e política⁷”.

Ao se falar em espaço público torna-se quase impossível não fazer a relação de que este é administrado pelo Estado. A esfera pública remete à idéia daquilo que é de uso comum, do que está ao alcance de todos. Segundo Arendt, espaço público pode assumir duas conotações: “em primeiro lugar, que tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos nós e tem a maior divulgação possível;

⁴ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.p. 73.

⁵ OLIVA, Jaime Tadeu. A cidade como ator social – a força da urbanidade. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (Orgs). *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.p.78.

⁶ MUMFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1991.p. 616.

⁷ CORRÊA, Roberto Lobato. Cultura e cidade: uma breve introdução ao tema. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (Orgs). *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p.157-160.



em segundo lugar, o termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele⁸”.

Já para Milton Santos, espaço é entendido “como a acumulação desigual de tempos”. De forma que ele adquire uma função de “testemunha” das ações dos homens, pois o espaço possui uma função de domínio sobre os homens, estando presente no seu cotidiano⁹.

Do ponto de vista da geografia, ao se trabalhar com espaço enquanto produto histórico é possível verificar uma gama de relações sociais, onde a atividade social é fruto das trocas entre indivíduos e espaço. Desta forma, pode-se dizer que:

“A vida no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade, e nesta direção, o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar. Assim o lugar se liga de modo inexorável a realização da vida enquanto condição e produto de relações reais. Mas a produção da vida e do lugar revela a necessidade de sua reprodução continuada”.¹⁰

O espaço só tem sentido a partir do momento em que é habitado, sendo transformado pelo homem e é fruto das relações do homem com a natureza. Devemos relacionar cotidiano e lugar, de forma que, “o cotidiano como conjunto de atividades e relações, efetua-se num espaço e num tempo sociais: o lugar e suas temporalidades”¹¹.

O uso do termo “espaço público” é recente e, nos meios urbanísticos, parece derivar do conceito de “espaço urbano”, freqüentemente associado a uma função: espaço urbano da praça, do mercado, do teatro, da estação, etc. Essa abordagem exprime uma maior complexidade, uma vez que não se refere apenas ao espaço geográfico, mas a todo espaço de manifestação pública.

Na Antigüidade greco-romana, a praça era o espaço público de maior importância da cidade e funcionava como seu centro vital. Materializada na figura da *Ágora* ou do *Fórum*, a praça, com seu conjunto arquitetônico, desempenhava um papel crucial: era o *locus publicci* da vida cidadina.

⁸ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária LTDA, 1993.p. 59-62.

⁹ SANTOS, Milton. *Por uma nova geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1996.p. 137.

¹⁰ CARLOS, Ana Fani. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.p.47.

¹¹ CARLOS, Ana Fani. (Org.) *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.p. 168.



REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO

Como elemento urbano, as praças representam espaços de sociabilidade propícios ao encontro e ao convívio. Na cultura ocidental, esses espaços têm desenvolvido um papel essencial, já que toda cidade possui uma praça, onde é palco de eventos históricos, espaço agregador ou simplesmente um lugar de confluência.

Entender o “lugar do espaço praça”, diante de suas transformações, a partir da noção de espaço de uso coletivo, constitui o objetivo central desta pesquisa. O percurso estabelecido fundamenta-se na busca pela trajetória histórica desse espaço, destacando seus conceitos.

O conceito de espaço livre desenvolve-se notadamente como ordenamento espacial, produzindo a dissolução do desenho da praça tradicional. Grandes superfícies passam a constituir o espaço da cidade; a praça transforma-se no vazio e no espaço isolado, caracterizado por dimensões monumentais.

Desde a Antigüidade Clássica à era contemporânea, as praças representam elementos-síntese da organização urbana por constituírem lugares de manifestação e de culto, propícios à interação social.

No Brasil, o surgimento das primeiras praças foi fruto de uma determinação da Igreja Católica, pois esta acreditava que as praças eram extensões das igrejas:

As praças no Brasil Colonial constituíam o centro de reunião da vida urbana, onde se realizavam atividades cívicas e toda sorte de festividades religiosas e recreativas, servindo ainda aos mercados e feiras. Nelas se localizavam os edifícios principais, que mais enobreciam a cidade: a Casa de Câmara e Cadeia, a Casa dos Governadores e a Igreja Matriz¹².

Com o passar do tempo, mais precisamente no começo do século XX, as praças ganham uma nova roupagem, começando assim a desempenhar importante papel, recebendo a população e sendo um espaço de realização de várias atividades do mundo urbano, desde questões religiosas, como populares, comerciais, etc havendo uma comunhão de interesses que vão do profano ao religioso¹³.

Neste contexto, a praça passa a ser um ponto importante de reunião das pessoas, visando os mais variados interesses, em especial, comunhão de interesses políticos, vindo a ser um espaço

¹² GUIMARÃES, P.P. *Configuração Urbana: Evolução, Avaliação, Planejamento e Urbanização*. São Paulo: Pro Livros, 2004. p. 95.

¹³ REIS, N.G. *Evolução Urbana do Brasil: 1500/1720*. 2ª ed. São Paulo: PINI LTDA, 2000.



REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO

fundamental para a manifestação de idéias, em especial durante o movimento de redemocratização do país.

Dentre as formas de manifestação populares, temos a manifestação em praça pública. Esta se dá mediante atos, comícios e as mais diversas formas de manifestação no interior da própria praça, ou em suas calçadas e parques públicos.

Por serem locais de passagem diária de pessoas, as praças se tornam um importante lugar para chamar a atenção do público, alguma contam com espaços específicos, como coretos, dando mais destaque para aqueles que organizam movimentos sociais.

Em 1964, o então presidente João Goulart preferia a frase “Progresso com justiça, desenvolvimento com igualdade” em seu conhecido discurso em frente ao Edifício Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Seu comício reuniu aproximadamente 150 mil pessoas e tinha como objetivo, a luta do povo por mudanças estruturais no país. Este momento, pré golpe militar, foi um dos raros marcos de democracia vistos, onde um espaço público teve sua função social utilizada para a manifestação política e social.

A Emenda Constitucional Dante de Oliveira, chegou ao Congresso Nacional impulsionada pela Campanha das Diretas Já. Movimento que tomou conta de todo o país visava instaurar eleições diretas para presidente da República. Em todo o Brasil, a população pode acompanhar a contagem de votos em painéis instalados em praças públicas. No Rio de Janeiro, a concentração foi na Cinelândia. No ABC Paulista, houve manifestações de trabalhadores em empresas metalúrgicas e, na Capital, o povo reuniu-se na Praça da Sé. Em Brasília, universitários e secundaristas escreveram com seus corpos a frase Diretas Já, nos gramados do Congresso. Algumas emissoras de rádio e televisão sofreram censura e tiveram a transmissão suspensa durante horas, voltando a funcionar somente à noite.

Deste modo, verificamos que tanto no passado quanto na atualidade, é possível afirmar que as praças desempenham importante papel enquanto espaço democrático, de usos comuns e locais de importantes decisões.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária LTDA, 1993.

CARLOS, Ana Fani. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

———. (Org.) *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.

———. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Cultura e cidade: uma breve introdução ao tema. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (Orgs). *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.

GUIMARÃES, P.P. *Configuração Urbana: Evolução, Avaliação, Planejamento e Urbanização*. São Paulo: Pro Livros, 2004.

LATTMAN- WELTNAM, Fernando. Et All. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

OLIVA, Jaime Tadeu. A cidade como ator social – a força da urbanidade. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (Orgs). *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.

REIS, N.G. *Evolução Urbana do Brasil: 1500/1720*. 2ª ed. São Paulo: PINI LTDA, 2000.

SADER, Emir Simão. *A Transição no Brasil*. São Paulo: Atual, 1991.

SANTOS, Milton. *Por uma nova geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1996.